

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	26.162.998
Preferenciais	0
Total	26.162.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	387.559	455.984
1.01	Ativo Circulante	114.229	175.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.790	18.549
1.01.03	Contas a Receber	19.175	64.685
1.01.04	Estoques	28.997	28.828
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.207	1.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.750	199
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	47.310	61.881
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	47.310	61.881
1.01.08.01.01	Depositos vinculados - conta reserva	27.627	19.953
1.01.08.01.02	Adiantamento a fornecedores	19.683	41.928
1.02	Ativo Não Circulante	273.330	280.689
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.534	36.534
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	36.272	36.272
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	36.272	36.272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	262	262
1.02.03	Imobilizado	236.796	244.155
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	231.976	240.446
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.820	3.709

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	387.559	455.984
2.01	Passivo Circulante	806.514	843.879
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.128	1.251
2.01.02	Fornecedores	17.535	84.326
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.087	5.944
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.709	5.475
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	378	469
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	750.349	722.796
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	148.845	143.456
2.01.04.02	Debêntures	600.178	578.425
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.326	915
2.01.05	Outras Obrigações	31.415	29.562
2.01.05.02	Outros	31.415	29.562
2.01.05.02.04	Pesquisa e desenvolvimento	29.783	29.562
2.01.05.02.05	Outros passivos	1.632	0
2.02	Passivo Não Circulante	96.518	95.180
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.973	3.582
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	4.973	3.582
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil a pagar	4.973	3.582
2.02.02	Outras Obrigações	89.345	91.598
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.192	45.192
2.02.02.02	Outros	44.153	46.406
2.02.02.02.03	Fornecedores	39.565	41.631
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias	4.588	4.775
2.02.04	Provisões	2.200	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.200	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.200	0
2.03	Patrimônio Líquido	-515.473	-483.075
2.03.01	Capital Social Realizado	171.047	171.047
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-686.520	-654.122

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	35.219	39.068
3.01.01	Receita de Venda Bens e/ou Serviços	35.219	39.068
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.745	-26.285
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-22.745	-26.285
3.03	Resultado Bruto	12.474	12.783
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.576	-1.409
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.379	-1.426
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.379	-1.426
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.197	17
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	-2.197	17
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.898	11.374
3.06	Resultado Financeiro	-40.296	-36.500
3.06.01	Receitas Financeiras	3.636	24
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.636	24
3.06.02	Despesas Financeiras	-43.932	-36.524
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-43.932	-36.524
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.398	-25.126
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-32.398	-25.126
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-32.398	-25.126
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,24	-0,96

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-32.398	-25.126
4.03	Resultado Abrangente do Período	-32.398	-25.126

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.288	2.130
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.867	17.568
6.01.01.01	Prejuízo antes do IR e da CS	-32.398	-25.126
6.01.01.02	Atualização de empréstimos	5.389	1.992
6.01.01.03	Atualização de debêntures	23.520	22.494
6.01.01.04	Atualização de arrendamento	125	183
6.01.01.05	Multa por atraso no pagamento de debêntures	11.090	8.003
6.01.01.06	Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	411	471
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre P&D	720	532
6.01.01.08	Provisão para contingências	2.200	0
6.01.01.09	Amortização do custo de transação das debêntures	303	261
6.01.01.10	Amortização do arrendamento	935	188
6.01.01.11	Depreciação	8.572	8.570
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.995	-2.898
6.01.02.01	Contas a receber	45.510	5.182
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-54	164
6.01.02.03	Estoques	-169	-2.231
6.01.02.04	Depósitos vinculados conta reserva	-7.674	38
6.01.02.05	Despesas antecipadas	-1.551	-979
6.01.02.06	Adiantamentos a fornecedores	22.245	6.087
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-44	597
6.01.02.08	Fornecedores	-68.857	-12.444
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-123	-87
6.01.02.10	Pesquisa e desenvolvimento	-910	-176
6.01.02.11	Outros passivos	1.632	951
6.01.03	Outros	-13.160	-12.540
6.01.03.01	Pagamento de debêntures (juros)	-13.160	-12.540
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102	3.674
6.02.01	Recebimento de empréstimo concedidos a parte relacionadas	0	3.700
6.02.02	Adição imobilizado	-102	-26
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-369	-5.605
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-369	-213
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	0	-5.392
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.759	199
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18.549	340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.790	539

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-654.122	0	-483.075
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.398	0	-32.398
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.398	0	-32.398
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-686.520	0	-515.473

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.047	0	0	-578.061	0	-407.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.126	0	-25.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.126	0	-25.126
5.07	Saldos Finais	171.047	0	0	-603.187	0	-432.140

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	37.322	43.755
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	39.434	43.737
7.01.02	Outras Receitas	-2.112	18
7.01.02.01	Outras receitas	88	18
7.01.02.02	Provisão para contingências	-2.200	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.544	-13.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.318	-12.690
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.226	-970
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.778	30.095
7.04	Retenções	-9.506	-8.759
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.506	-8.759
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.272	21.336
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.550	24
7.06.02	Receitas Financeiras	3.550	24
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.822	21.360
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.822	21.360
7.08.01	Pessoal	1.470	1.544
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.006	1.040
7.08.01.02	Benefícios	381	428
7.08.01.03	F.G.T.S.	83	76
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.359	4.100
7.08.02.01	Federais	3.359	4.100
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.391	40.842
7.08.03.02	Aluguéis	5.459	4.313
7.08.03.03	Outras	43.932	36.529
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-32.398	-25.126
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-32.398	-25.126

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

Relatório Trimestral 1T22

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório Trimestral e as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022 ("1T22") da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "Pernambuco III").

O presente Relatório cumpre a exigência do "CPC 21_R1 Demonstrações Intermediárias" e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

O presente Relatório deve ser lido em conjunto com as Informações Contábeis Intermediárias. **As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.** Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Informações Contábeis Intermediárias, apresentadas em reais mil.

Destaques do Trimestre

	1T22	1T21	Δ %
Receita Operacional Líquida	35,2	39,1	-10%
Lucro Bruto	12,5	12,8	-2%
Margem bruta	35%	33%	3 p.p.
EBITDA	17,4	20,1	-14%
Prejuízo do período	(32,4)	(25,1)	29%
Energia Gerada (MWh)	0	10.179	-100%

Desempenho Operacional

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia não apresentou geração demandada pelo ONS. Em relação à disponibilidade das unidades geradoras, a Pernambuco III encerrou o 1T22 com 100% de disponibilidade, estando assim com seus 23 motores disponíveis para geração.

No 1T22 a Pernambuco III não adquiriu óleo HFO para a geração, uma vez que o ONS não ordenou despachos de energia no período. Em relação ao óleo diesel LFO, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 0,3 milhões, equivalente a 55 mil litros para aquecimento das caldeiras auxiliares que mantém a usina aquecida para casos de solicitação de geração de energia.

O Platts médio do 1T22 passou por uma supervalorização de 53% em relação ao 1T21, passando de US\$ 62,64 para US\$ 95,98, impactado pelo aumento do preço do Petróleo no mercado internacional. Esse

acréscimo também refletiu na revisão dos valores do Custo Variável Unitário (CVU). A Pernambuco III encerrou o 1T22 com o CVU de R\$ 1.090,09/MWh ante R\$ 779,70/MWh no 1T21, um acréscimo de 40% entre períodos.

Gráfico 1: CVU x Geração x Receita Variável 1T22 vs. 1T21

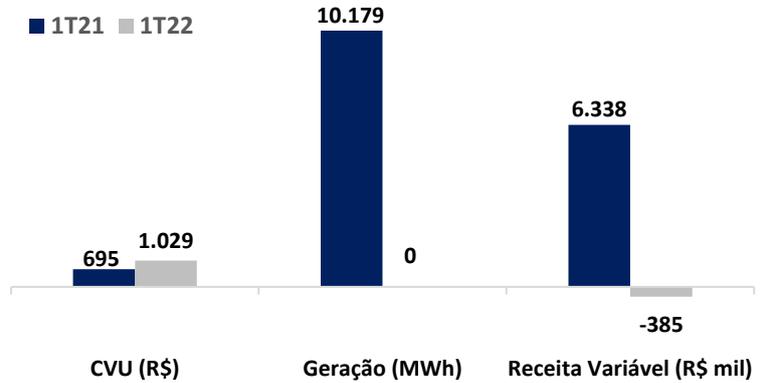
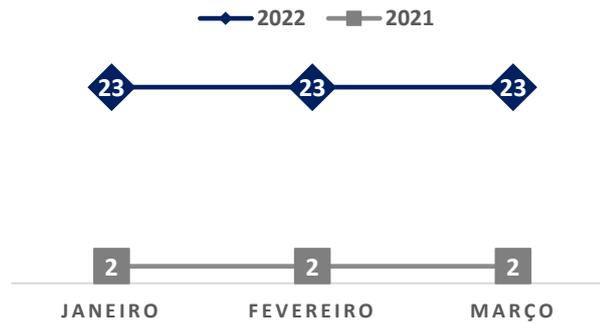


Gráfico 2: Disponibilidade de Motores Companhia 1T22 vs. 1T21



Saúde, Segurança e Meio Ambiente

No 1T22, a gestão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”) da Pernambuco III seguiu engajada no aprimoramento de seus processos encerrando o 1T22 com 315 dias sem acidentes com afastamento, e em relação ao Meio Ambiente, a Companhia atingiu 1.096 dias sem qualquer evento ambiental. A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração. Nesse sentido a Companhia mantém um rigoroso programa de Gestão de Riscos com mapeamento detalhado de cada atividade executada na usina.

Desempenho Econômico-Financeiro

	1T22	1T21	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta	39.434	43.735	(4.301)	-10%
Impostos e taxas	(4.215)	(4.667)	452	-10%
Receita operacional líquida	35.219	39.068	(3.849)	-10%
(-) Custos operacionais	(22.745)	(26.285)	3.540	-13%
Lucro Bruto	12.474	12.783	(309)	-2%
Margem bruta	35%	33%		03 p.p.
Despesas gerais e administrativas	(2.379)	(1.427)	(952)	67%
Outras (despesas) receitas	(2.197)	18	(2.215)	-12306%
Resultado operacional antes dos efeitos fin.	7.898	11.374	(3.476)	-31%
Despesas financeiras	(43.932)	(36.524)	(7.408)	20%
Receitas financeiras	3.636	24	3.612	15050%
Resultado financeiro líquido	(40.296)	(36.500)	(3.796)	10%
Prejuízo antes do IR e CS	(32.398)	(25.126)	(7.272)	29%
IRPJ/CSLL diferido	-	-	-	0%
Prejuízo do período	(32.398)	(25.126)	(7.272)	29%

Receita Operacional Bruta

A Companhia encerrou o 1T22 com uma receita operacional bruta de R\$ 39,4 milhões, frente a R\$ 43,7 milhões em 2021, uma variação negativa de R\$ 4,3 milhões ou 10%, decorrente dos seguintes fatores: (i) um incremento de receita fixa de R\$ 2,4 milhões decorrente do reajuste anual no preço de energia pelo IPCA; (ii) redução de receita variável de R\$ 6,7 milhões pela inexistência de geração no 1T22.

Receita Operacional Líquida

Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o 1T22 em R\$ 35,2 milhões, uma redução de 10% ou R\$ 3,9 milhões comparado ao 1T21. Este resultado é explicado pela não geração de energia no 1T22.

Custos Operacionais

A Companhia encerrou o 1T22 com os custos operacionais no patamar de R\$ 22,7 milhões, uma redução de R\$ 3,5 milhões ou 13% comparado ao montante de R\$ 26,2 milhões registrado no 1T21. A principal variação na rubrica de custos, deu-se em razão da não ocorrência de aquisição de insumo de combustível e lubrificantes no 1T22, gerando uma redução de R\$ 6,5 milhões. Essa redução foi parcialmente compensada pelos aumentos pontuais ocorridos em outras rubricas de custos da Companhia, sendo elas; (i) reajuste do encargo de uso do sistema de transmissão de R\$ 0,4 milhões; (ii) aumento no custo de armazenagem de combustível de R\$ 0,7 milhões; (iii) reajuste no custo com fretes de combustível de R\$ 0,6

milhões; **(iv)** acréscimo na rubrica de depreciação e amortização de R\$ 0,7 milhões; e **(v)** reajuste de R\$ 0,3 milhões no seguro operacional da Usina em razão da reavaliação de risco pelo mercado.

Resultado Bruto e Margem Bruta

No 1T22 a Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 12,5 milhões e margem bruta de 35%, uma variação de R\$ (309) mil e 3 pontos percentuais, respectivamente, quando comparado ao lucro bruto de R\$ 12,8 milhões e 33% de margem bruta do 1T21, impactado principalmente pela ausência de geração de energia da Companhia no 1T22.

Despesas Gerais e Administrativas

No 1T22 as despesas administrativas totalizaram R\$ 2,4 milhões apresentando uma variação de R\$ 952 mil quando comparado ao 1T21, esse aumento se deve a necessidade de contratação de serviços de consultorias e assessorias jurídicas extraordinárias da Companhia.

Outras Receitas e Despesas

No 1T22 a rubrica de outras receitas e despesas foi fortemente afetada pela provisão de passivos contingentes de R\$ 2,2 milhões.

EBITDA

No 1T22 a Companhia atingiu EBITDA de R\$ 17,4 milhões frente a R\$ 20,1 milhões no 1T21, uma variação de R\$ 2,7 milhões entre exercícios. O resultado do trimestre foi afetado pelo resultado financeiro líquido da Companhia de R\$ 3,8 milhões e o efeito de outras receitas e despesas de R\$ 2,2 milhões referente a provisão de passivos contingentes no 1T22.

	1T22	1T21	Δ R\$	Δ %
(Prejuízo) lucro líquido do período	(32.398)	(25.126)	(7.272)	29%
(+/-) tributos sobre o lucro (IRPJ/CSLL)	-	-	-	0%
(+/-) receitas/despesas financeiras líquidas	40.296	36.500	3.796	10%
(+) depreciação, amortização e exaustão	9.507	8.759	748	9%
EBITDA	17.405	20.133	(2.728)	-14%
Margem EBITDA	49%	52%		-02 p.p.

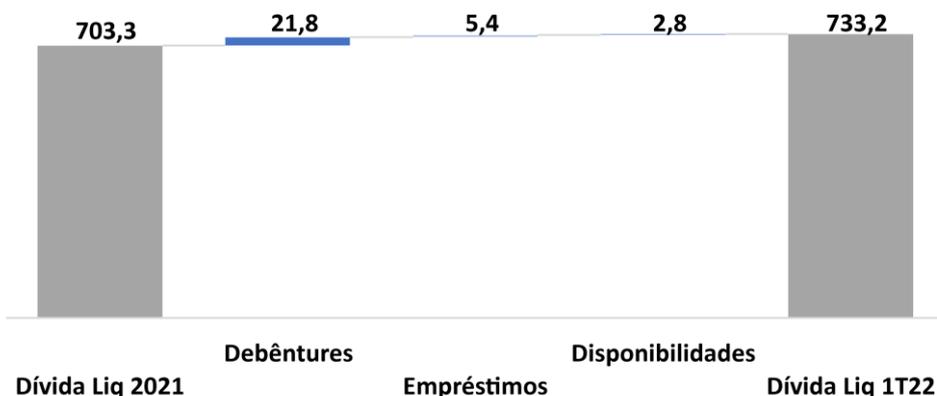
Endividamento

O endividamento da Companhia é composto por debêntures públicas e saldo de conta garantia de óleo combustível, que foi transferido para Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao banco Across.

A Companhia encerrou o 1T22 com um endividamento bruto, no valor de R\$ 749 milhões, montante 4% maior ao saldo registrado em dezembro de 2021 de R\$ 722 milhões.

Em relação à dívida líquida, o saldo do 1T22 apresentou uma variação de R\$ 30 milhões em relação ao 4T21. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou o 1T22 com R\$ 15,8 milhões versus R\$ 18,5 milhões no 4T21, uma redução de R\$ 2,8 milhões. Com isso, o saldo final apurado da dívida líquida da Companhia atingiu R\$ 733,2 milhões no 1T22.

Gráfico 3 – Detalhamento cálculo dívida líquida consolidada (Em R\$ Mil)



Debêntures

No 1T22 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R\$ 600,2 milhões (R\$ 578,4 milhões em 31 de dezembro de 2021), sendo 100% contabilizado no passivo circulante sendo 100% contabilizado no passivo circulante em razão do vencimento antecipado declarado em 1º de setembro de 2017.

No 1T22, a Administração, em conjunto com seus debenturistas, realizou Assembleia Geral de Debenturista em 08 de fevereiro de 2022 para tratar dos termos do acordo firmado em 09 de agosto de 2018. Diante disso, foi deliberada a prorrogação do acordo temporário até 21 de junho de 2022, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e Assembleia Geral de Debenturistas realizada na mesma data.

Nos dias 08 de janeiro, 08 de fevereiro e 08 de março de 2022, a Pernambuco III efetuou os pagamentos referentes aos Juros Remuneratórios e Juros de Mora Parciais, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data.

Eventos Subsequentes Relevantes

Assembleias Gerais de Debenturistas

Em 13 de abril de 2022 às 9h30 e 10h30, houve a realização de assembleias para tratar dos termos do acordo temporário vigente. O detalhamento da deliberação, foi divulgado na forma de Ata e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Em 15 de junho de 2022 serão reabertas as assembleias para que os Debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente das debêntures de Pernambuco III.

Renovação do Acordo Temporário

Em 13 de abril de 2022, conforme deliberação em AGD, foi realizada renovação do acordo temporário entre Pernambuco III e Debenturistas até dia 21 de junho de 2022 nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Pagamento de Juros aos Debenturistas

Em 08 de abril e 09 de maio de 2022, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos Encargos Remuneratórios e Moratórios, conforme deliberação em AGD realizada em 09 de agosto de 2018, e Fato Relevante divulgado na mesma data. O detalhamento dos valores pagos, foi divulgado na forma de Aviso aos Debenturistas, e está disponível, na íntegra, no site da Companhia (www.utepeiii.com.br).

Declaração dos Diretores

Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022 e com as opiniões expressas no parecer de auditoria da Grant Thornton.

Aviso Legal

Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explicar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização.

As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste relatório e nas Informações Contábeis Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 31 de março de 2022



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de março de 2022 um montante total de prejuízos de R\$ 686.520 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 515.493 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 692.285 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“*covenants*”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “*Greenfield*”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 31 de março de 2022. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de arbitragem

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, em 19 de dezembro de 2017, a Bolognesi Energia e a Brasilterm Energia, controladoras indiretas da Companhia, apresentaram requerimento de Arbitragem perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP em São Paulo, contra o FIP Multiner, Postalís, Petros, Refer, Infraprev, Fundiágua, Faceb e Multiner, cujo objeto de discussão é o Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. firmado em 2012, aditado em 2014, e obrigações dele decorrentes. Em 2022, o procedimento arbitral encontra-se em fase final, aguardando julgamento.

O valor do risco envolvido e classificado como possível pela administração baseada na avaliação de seus assessores legais está estimado em R\$ 402.000 mil, em 31 de dezembro de 2021. O procedimento arbitral ainda continua em tramitação e não há decisão até o momento.

As informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022, não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com parte relacionada

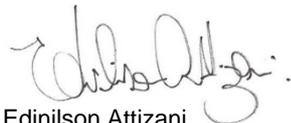
Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Ativo	Nota	(Em milhares de reais)		Passivo	Nota		
		31.03.2022	31.12.2021			31.03.2022	31.12.2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.790	18.549	Fornecedores	12	17.535	84.326
Contas a receber	4	19.175	64.685	Obrigações tributárias	13	6.087	5.944
Tributos a recuperar	5	1.207	1.153	Obrigações sociais e trabalhistas		1.128	1.251
Estoques	6	28.997	28.828	Debêntures	14	600.178	578.425
Depósitos vinculados - contas reserva	7	27.627	19.953	Empréstimos e financiamentos	15	148.845	143.456
Despesas antecipadas		1.750	199	Passivo de arrendamento	11	1.326	915
Adiantamento a fornecedores	8	19.683	41.928	Pesquisa e desenvolvimento	16	29.783	29.562
				Outros passivos		1.632	-
Total do ativo circulante		114.229	175.295	Total do passivo circulante		806.514	843.879
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais		262	262	Fornecedores	12	39.565	41.631
Partes relacionadas	9	36.272	36.272	Obrigações tributárias	13	4.588	4.775
Imobilizado	10	231.976	240.446	Partes relacionadas	9	45.192	45.192
Direito de Uso - Arrendamento Mercantil	11	4.820	3.709	Passivo de arrendamento	11	4.973	3.582
				Passivos contingentes	17	2.200	-
Total do ativo não circulante		273.330	280.689	Total do passivo não circulante		96.518	95.180
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	18		
				Capital social		171.047	171.047
				Prejuízos acumulados		(686.520)	(654.122)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(515.473)	(483.075)
Total do ativo		387.559	455.984	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		387.559	455.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações dos resultados
para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	<u>31.03.2022</u>	<u>31.03.2021</u>
Receita operacional líquida	20	<u>35.219</u>	<u>39.068</u>
Custos operacionais	21	<u>(22.745)</u>	<u>(26.285)</u>
Lucro bruto		<u>12.474</u>	<u>12.783</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(2.379)	(1.426)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	<u>(2.197)</u>	<u>17</u>
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(4.576)</u>	<u>(1.409)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>7.898</u>	<u>11.374</u>
Receitas financeiras	23	3.636	24
Despesas financeiras	23	<u>(43.932)</u>	<u>(36.524)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(40.296)</u>	<u>(36.500)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e de contribuição social		<u>(32.398)</u>	<u>(25.126)</u>
Prejuízo do período		<u>(32.398)</u>	<u>(25.126)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)	18	<u>(1,24)</u>	<u>(0,96)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações dos resultados abrangentes
para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.03.2021</u>
Prejuízo do período	<u>(32.398)</u>	<u>(25.126)</u>
Resultado abrangente total	<u>(32.398)</u>	<u>(25.126)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	171.047	(578.061)	(407.014)
Prejuízo do período	-	(25.126)	(25.126)
Saldos em 31 de março de 2021	171.047	(603.187)	(432.140)
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171.047	(654.122)	(483.075)
Prejuízo do período	-	(32.398)	(32.398)
Saldos em 31 de março de 2022	171.047	(686.520)	(515.473)
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Nota explicativa	18	18	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	171.047	(654.122)	(483.075)
Prejuízo do período	-	(32.398)	(32.398)
Saldos em 31 de março de 2022	171.047	(686.520)	(515.473)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Termelétrica Pernambuco III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31.03.2022	31.03.2021
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		(32.398)	(25.126)
Atualização de empréstimos	15	5.389	1.992
Atualização de debêntures	14	23.520	22.494
Atualização de arrendamento	11	125	183
Multa por atraso no pagamento de debêntures	14	11.090	8.003
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	16	411	472
Encargos financeiros sobre P&D	16	720	532
Provisão para contingências	17	2.200	-
Amortização do custo de transação das debêntures	14	303	261
Amortização Arrendamento	11	935	188
Depreciação	10	8.572	8.570
		20.867	17.568
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	3	45.510	5.182
Tributos a recuperar	5	(54)	164
Estoques	6	(169)	(2.231)
Depósitos vinculados - contas reserva	7	(7.674)	38
Despesas antecipadas		(1.551)	(979)
Adiantamento a fornecedores		22.245	6.087
		58.307	8.261
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	13	(44)	597
Fornecedores	12	(68.857)	(12.444)
Obrigações sociais e trabalhistas		(123)	(87)
Pesquisa e desenvolvimento	16	(910)	(176)
Outros passivos		1.632	951
		(68.302)	(11.159)
Pagamento de debêntures (juros)	14	(13.160)	(12.540)
		(13.160)	(12.540)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(2.288)	2.130
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Recebimento de empréstimo concedidos a parte relacionadas	9	-	3.700
Adição imobilizado	10	(102)	(26)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos		(102)	3.674
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	11	(369)	(213)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Principal)	15	-	(5.392)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		(369)	(5.605)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.759)	199
Saldo no início do período	3	18.549	340
Saldo no final do período	3	15.790	539
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(2.759)	199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**Termelétrica Pernambuco III S.A.****Demonstrações do valor adicionado
para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021**

(Em milhares de reais)

	31.03.2022	31.03.2021
Receitas	37.322	43.755
Venda de energia	39.434	43.737
Provisão para contingências cíveis	(2.200)	-
Outras receitas	88	18
Insumos adquiridos de terceiros	(9.544)	(13.660)
Custo de venda de energia	(4.328)	(10.429)
Serviços de terceiros	(3.990)	(2.261)
Materiais e outros	(1.226)	(970)
Valor adicionado bruto	27.778	30.095
Depreciação e amortização	(9.506)	(8.759)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	18.272	21.336
Valor adicionado recebido em transferência	3.550	24
Receitas financeiras	3.550	24
Valor adicionado a distribuir	21.822	21.360
Valor adicionado distribuído	21.822	21.360
Pessoal	1.470	1.544
Remuneração direta	1.006	1.040
FGTS	83	76
Benefícios	381	428
Tributos	3.359	4.100
Federais	3.359	4.100
Remuneração de capitais de terceiros	49.391	40.842
Aluguéis	5.459	4.313
Despesas financeiras	43.932	36.529
Remuneração de capitais próprios	(32.398)	(25.126)
Prejuízo do período	(32.398)	(25.126)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE – Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada na área rural de Engenho D'Água, Três Ladeiras, Município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8.730 kW¹ cada, totalizando 200,79 MW¹ de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 02 de julho de 2044.

Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia passou a ser detida pela Mesa Participações S.A. A Companhia é controlada indireta pela Bolognesi Energia S.A.

Continuidade operacional e decretação de vencimento antecipado

Em 31 de março de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$692.285 (R\$ 668.584, em 31 de dezembro de 2021), prejuízos acumulados de R\$ 686.520 (R\$ 654.122, em 31 de dezembro de 2021) e, em 31 de março de 2022 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$ 515.473 (R\$ 483.075 em 31 de dezembro de 2021) em virtude, dentre outros motivos, do vencimento antecipado das debêntures, outras obrigações financeiras e débitos perante fornecedores.

¹ As informações não financeiras contidas nessas informações contábeis intermediárias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelo auditor independente.

Notas Explicativas

A Companhia não gera caixa operacional suficiente para honrar com seus compromissos financeiros. Portanto, é necessário que haja a renegociação do cronograma de pagamento de dívida junto aos seus credores. Como a totalidade da receita fixa da Companhia foi cedida fiduciariamente ao agente fiduciário das debêntures, a continuidade operacional da Companhia irá depender do sucesso da Administração em renegociar seus passivos com credores financeiros. A Administração acredita que o risco de descontinuidade passou a ser relevante com a decretação de vencimento antecipado das debêntures, ocorrida em 1º de setembro de 2017, mas acredita que a Companhia deverá manter sua operação por meio da renegociação amigável junto aos credores, conforme ocorreu ao longo de todo o trimestre findo em 31 de março de 2022 e em todo ano de 2021, ou por meio de proteção judicial que permita o acesso da Companhia à geração de caixa de modo a manter o ativo operacional, enquanto a Companhia renegocia seus passivos juntos aos credores. Em 17 de outubro de 2017, houve Decisão de Tutela Antecipada proferida pela 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Foro Central Cível, determinando que o Agente Fiduciário libere mensalmente os recursos necessários para que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviço, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até a deliberação dos debenturistas, ou decisão contrária em sede recursal.

Para a sustação do vencimento das debêntures, o quórum de deliberação é de 90% das debêntures em circulação. A Companhia entende que para a liberação de recurso, o quórum é de 75% das debêntures em circulação e maioria simples em segunda convocação. Este entendimento não está pacificado junto ao agente fiduciário.

Caso a Companhia deixe de honrar seus parcelamentos tributários, o passivo tributário poderá voltar a ser na ordem de R\$ 6.023 em 31 de março de 2022 e (R\$ 6.257 em 31 de dezembro de 2021), sujeito a aplicação de multas e juros. Caso a Companhia deixe de honrar compromissos com fornecedores, poderá ser objeto de ações de execuções que podem resultar na decretação de insolvência ou mesmo falência da Companhia. No caso de falência da Companhia, o Contrato de Compra e Venda de Energia será rescindido automaticamente, exaurindo as garantias líquidas dos credores financeiros. Em 31 de março de 2022, não houve inadimplemento em relação aos parcelamentos e tributos e suas obrigações com fornecedores.

Processo de investigação independente

A Companhia é parte relacionada de determinadas empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico que foram citadas em uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal denominada "Operação *Greenfield*", e ainda, a Companhia foi citada em notícias envolvendo supostos atos ilegais e de corrupção cometidos por alguns de seus antigos administradores. Em conexão com esses fatos, a Companhia contratou os serviços de uma empresa de investigação forense antifraude, cujo escopo compreendeu a revisão e verificação da documentação relativa à contratação de serviços e aquisições de bens de 39 fornecedores, pelas empresas do grupo entre 31 de dezembro de 2008 a 31 de julho de 2017. A conclusão do trabalho constatou que não foram identificados, através dos procedimentos adotados, indícios de irregularidades nos fornecedores analisados, decorrentes dos testes aplicáveis. Contudo, a auditoria forense concluiu que poderia haver risco potencial em parte das transações e relações comerciais de empresas do grupo com os fornecedores que tiveram o seu risco combinado classificado como "Alto". A Companhia iniciou o trabalho de levantamento de informações adicionais sobre os fornecedores de alto risco, de modo a apurar eventuais direitos da Companhia contra as empresas, e utilização das informações em processos judiciais e arbitrais em andamento. Em junho de 2018, a Companhia foi mencionada em notícias divulgadas em jornais de grande circulação nacional, de que um ex-superintendente do Fundos de Investimentos Especiais da Caixa Econômica Federal confessou ter recebido propina no valor estimado de R\$ 1,5 milhão em conta no exterior, supostamente depositado por um ex-administrador da Companhia, nos anos de 2010 e 2011, em razão dos investimentos realizados pelo FI-FGTS na Companhia.

A auditoria forense acima referida, também realizou uma investigação sobre essa notícia, e concluiu que não houve registros de pagamento que viessem a caracterizar indícios de irregularidade, mesmo assim, recomendou uma investigação aprofundada sobre esses fatos. Nesse sentido, e em atendimento à política de *compliance* e antifraude da Companhia, foi aberto e concluído um processo detalhado de sindicância interna, de modo a apurar e auditar todos os pagamentos realizados no período, bem como, eventuais contratos de fechamento de câmbio. O processo de sindicância interna também não resultou em nenhum indício de irregularidade.

Notas Explicativas

Mesa Participações S.A.

Para a Mesa Participações S.A. ("Mesa"), controladora da Companhia, o escopo da auditoria forense independente compreendeu o processo de investigação sobre as contas e procedimentos dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I") e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 ("FASE II"), embora a Mesa e suas controladas, não terem sido diretamente citada em nenhuma operação do Ministério Público Federal, este trabalho teve por objetivo obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, bem como, possíveis envolvimento de seus acionistas.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela auditoria forense independente. O escopo contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de: **(i)** identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores; **(ii)** identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e **(iii)** identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Mesa e suas respectivas subsidiárias.

Em 7 de maio de 2018, foi contratada a "FASE III", contendo o mesmo objetivo e escopo das demais propostas, entretanto, as análises seriam realizadas nos documentos localizados pela atual Administração da Mesa. Para a FASE III, além das análises documentais realizadas nos documentos disponibilizados, a fim de obter evidências e informações adicionais, foi realizada uma visita "in loco" na sede da Usina Pernambuco III, controlada direta da Mesa, atualmente em pleno funcionamento.

Considerando o objetivo do escopo do trabalho, para as FASES I e II, a auditoria forense independente não encontrou qualquer ilicitude, porém apontou que o controle interno da Mesa apresentava algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, ausência de aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras que orientassem os processos de cotação e aquisição, relacionado à contratação de fornecedores.

Entretanto, a Mesa vem envidando esforços na melhoria contínua de seus procedimentos, introduzindo controles para assegurar a aplicação dos princípios de competitividade, confidencialidade, segregação de funções, rastreabilidade do processo de compras e conformidade em geral, para superar, de forma tempestiva, as deficiências apontadas no relatório inicial.

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Mesa formalizou a contratação de uma segunda empresa de auditoria forense independente para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com uma empresa de engenharia independente, com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de avaliar e validar os recursos investidos e aplicados na Mesa, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017. Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, foram concluídos e seu relatório emitido julho de 2018, sem novos assuntos relevantes comparados aos já expressados anteriormente nas demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

A Multiner S.A. ("Multiner"), empresa do Grupo Econômico da Companhia, em 29 de setembro de 2016, contratou a uma empresa de auditoria independente para realizar o processo de investigação sobre as contas da Multiner e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II). Estes trabalhos tiveram por objetivo realizar investigações forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços nos períodos. Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e em março de 2018 a Multiner recebeu o relatório final, sem novos assuntos relevantes comparados aos já expressados anteriormente nas demonstrações financeiras. O relatório final da investigação independente foi apresentado em 03 de setembro de 2018 ao Ministério Público Federal.

Notas Explicativas

Adicionalmente, em 23 de novembro de 2017, a Multiner formalizou a contratação de uma segunda empresa de auditoria forense independente para realizar uma auditoria de usos e fontes, em conjunto com uma empresa de engenharia independente com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de avaliar e validar os recursos investidos e aplicados na Multiner, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, equity e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017. Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, foram concluídos e seu relatório emitido julho de 2018, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas demonstrações financeiras.

Processo de arbitragem - Reorganização Financeira

Em 28 de março de 2012, a Bolognesi Energia e Brasilterm Energia (o “Grupo Bolognesi”) firmaram o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o “Contrato de Reorganização”), tendo como intervenientes, além da própria Multiner, os seguintes: **(i)** Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos; **(ii)** Fundação Petrobras de Seguridade Social; **(iii)** Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social; **(iv)** Instituto Infraero de Seguridade Social; **(v)** Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal; **(vi)** Fundação de Previdência dos Empregados da CEB (em conjunto, os “Fundos de Pensão”); e **(vii)** Bolognesi Engenharia Ltda.; **(viii)** Bolognesi Infraestrutura Ltda. O Contrato de Reorganização foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização foi o de viabilizar a continuidade operacional da Multiner e de suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, criação da Mesa Participações S.A. para que houvesse aporte de ativos, conversão de dívida em capital e assunção de mútuos para posterior permuta de créditos e débitos, equalização de participações, além da assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, dentre outras. Adicionalmente, tal Contrato é o centro gravitacional entre as obrigações cruzadas havidas entre Multiner, Mesa, FIP Multiner, Fundos de Pensão e Grupo Bolognesi.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização ainda não foram adimplidas pelas partes, tais como conversão de dívida em capital, aporte de capitais, equalização de participações, permuta de crédito com débitos, entre outras. Em 2017, as partes trocaram correspondência sobre uma reunião de conciliação. Contudo, a conciliação não foi concluída e, nos termos do Contrato de Reorganização, em caso de divergência entre as partes a mesma seria submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP/FIESP), de acordo com o seu regulamento em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Assim sendo, foi instaurada em 19 de dezembro de 2017 arbitragem na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (“Câmara CIESP”), conforme regulamento da Multiner em vigor, sob o número 520 (“Procedimento Arbitral CMA 520”) que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização tanto entre os acionistas quanto entre os intervenientes anuentes.

Em abril de 2019 foi firmado o Termo de Arbitragem, e subsequente apresentação de eventuais objeções à jurisdição, tendo o tribunal decidido quanto à jurisdição no sentido de que todas as partes do Contrato de Reorganização estariam sujeitas ao tribunal arbitral. Neste sentido, as obrigações dispostas em tal Contrato, e aquelas que orbitam tal Contrato, relativas às obrigações cruzadas entre Multiner, Mesa, FIP Multiner, Fundos de Pensão e Grupo Bolognesi estão sub judice, aguardando posicionamento das partes para que haja decisão final vinculativa.

Ao longo do ano de 2020 e 2021 houve regular andamento da Arbitragem, tendo ocorrido audiência virtual, apresentação de valores em discussão para apuração do valor da causa, oitiva de testemunhas em audiência específica, solicitação de documentação adicional por todas as partes, suspensão da exigibilidade de determinados créditos contra Multiner, dentre outros atos relativos ao normal andamento do procedimento.

Notas Explicativas

Os saldos de partes relacionadas com a Multiner S.A., a Companhia e a controlada indireta Central Energética Palmeiras S.A decorrem de contrato de mútuos os quais incidem juros de 105,00 % do CDI e após 1º de janeiro de 2018, deixaram de remunerar o saldo devido a Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017.

Diante disso, em 1º de fevereiro de 2022 foi prolatada sentença no âmbito do Procedimento Arbitral CMA nº 520 em andamento perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, sendo que no dia 7 de março de 2022 todas as partes do referido procedimento apresentaram os pedidos que constam no artigo 30 da Lei de Arbitragem e no item 16.1 do Regulamento da Câmara, a saber: "Pedido de Esclarecimento ao Tribunal Arbitral, em virtude de obscuridade, de omissão ou de contradição da sentença arbitral". Nesse sentido, aguarda-se a sentença final do referido procedimento arbitral ainda no exercício de 2022, a qual não ocorreu até a presente data.

O valor do risco envolvido e classificado como possível pela administração baseada na avaliação de seus assessores legais está estimado em R\$ 402.000 mil, em 31 de março de 2022 e as informações contábeis intermediária nessa data não contemplam quaisquer efeitos relacionados a esse tema.

2. Base de preparação e políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes a 31 de março de 2022, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nas presentes informações contábeis intermediárias, a Administração está evidenciando apenas as informações relevantes utilizadas na gestão da Companhia.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado.

Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquelas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações contábeis anuais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 13 de maio de 2022.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Bancos - conta corrente (i)	1.398	12.633
Aplicações financeiras (i)	<u>14.392</u>	<u>5.916</u>
Total	<u>15.790</u>	<u>18.549</u>

- (i) O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa em 31 de março de 2022 foi de R\$ 15.790 frente a R\$ 18.549 em 31 de dezembro de 2021. A variação de R\$ 2.759 é consequência do recebimento da receita variável do exercício de 2022. O cenário hidrológico escasso do país em 2021 exigiu a ativação das usinas térmicas. O saldo de caixa e equivalente será utilizado para honrar os financiamentos de curto prazo da Companhia (vide Nota Explicativa nº 15) adquiridos para fazer frente a necessidade de aquisição antecipada de óleo combustível.

Notas Explicativas

As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 102 % do CDI em 31 de março de 2022 (99,25% do CDI, em 31 de dezembro de 2021).

4. Contas a receber

O saldo em 31 de março de 2022, no montante de R\$ 19.175 (R\$ 64.685, em 31 de dezembro de 2021), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) – parcela de receita variável. Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos.

O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
IRPJ	355	355
IRRF	143	93
CSLL	157	157
PIS/COFINS	523	519
Outros	29	29
Total	<u>1.207</u>	<u>1.153</u>

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e Cofins sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IR, CS, PIS e Cofins, na alíquota total de 5,85%, aplicável às vendas de energia elétrica para órgãos da administração pública.

6. Estoques

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Óleo combustível pesado (HFO - <i>Heavy Fuel Oil</i>)	18.464	18.321
Peças para manutenção	10.327	10.301
Estoque de peças em poder de terceiros	206	206
Total	<u>28.997</u>	<u>28.828</u>

7. Depósitos vinculados - contas reserva

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial o montante de R\$ 27.627 (R\$ 19.953 em 31 de dezembro de 2021), referente à conta de depósito vinculado que está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. A estrutura das contas é a seguinte:

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Conta centralizadora (a)	8.942	17.510
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	12	12
Conta reserva garantia (ONS) (c)	2.450	2.431
Conta reserva garantia (empréstimos e financiamentos) (d)	16.223	-
Total	<u>27.627</u>	<u>19.953</u>

Notas Explicativas

(a) Refere-se à conta centralizadora de recebimento de receitas;

Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 18 de outubro de 2017, determinando que o Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes, e ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R\$ 7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Ao longo do ano de 2018, a Companhia e Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora até 21 de junho de 2022, conforme petição homologada em 04 de março de 2020 na seguinte proporção (Nota Explicativa nº14):

- (i) 66,17% (sessenta e dezessete inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII;
- (ii) 33,83% (trinta e três inteiros e oitenta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas.

No período findo em 31 de março de 2022 o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberações em Assembleias Gerais de Debenturistas ("AGD's").

- (b) Reserva constituída para direcionamento das receitas variáveis e repasse aos debenturistas, conforme acordo;
- (c) Em 31 de março de 2022, a Companhia mantém depositado em conta reserva no montante de R\$ 2.450 (R\$ 2.431 em 31 de dezembro de 2021). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST nº 055/2011, a qual o Banco ABC S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia. Dessa forma, o Banco ABC, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R\$ 2.353, dentro do prazo de 48 horas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata.
- (d) Reserva constituída para quitação da CCB com o Daycoval (vide nota explicativa nº15), liquidada em 07 de abril de 2022.

8. Adiantamento de fornecedores

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Pesquisa & Desenvolvimento (i)	3.152	3.065
Adiantamento a funcionarios	19	44
Adiantamento a fornecedores (ii)	17.120	39.419
PCLD a adiantamento a fornecedores	(608)	(600)
Total	<u>19.683</u>	<u>41.928</u>

- (i) A Lei nº 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas concessionárias de serviços públicos do setor de energia, entre elas as geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL. O saldo de R\$ 3.152 (R\$ 3.065, em 31 de dezembro de 2021) representa os montantes investidos pela Companhia em projetos de P&D.

Notas Explicativas

- (ii) A redução na rubrica refere-se a compensações de adiantamentos a fornecedores sobre compra de combustível para fazer frente ao despacho de energia, o saldo em aberto R\$ 5.000 refere-se a garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R\$ 10.000 refere-se a garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.

9. Partes relacionadas

	31.03.2022			31.12.2021		
	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo	Empréstimo Ativo	Serviços compartilhados a pagar	Empréstimo Passivo
Estoques em poder de terceiros	206	-	-	206	-	-
Borborema Energética S.A. (ii)	206	-	-	206	-	-
Partes relacionadas	36.272	2.726	42.466	36.272	2.726	42.466
Bolognesi Engenharia (v)	1	-	-	1	-	-
Flame Nova Aratu Holdings S.A. (v)	-	23	-	-	23	-
Companhia Energética Rio da Prata - CERP (v)	230	-	-	230	-	-
Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. - BEN (v)	94	-	-	94	-	-
Hidrotérmica S.A. (v)	245	513	-	245	513	-
Hidrotérmica Comercializadora S.A. Central Energética Palmeiras S.A. - CEPASA (iv)	-	105	-	-	105	-
Bolognesi Energia S.A. (v)	19.475	-	-	19.475	-	-
Brasilterm Energia S.A. (v)	-	-	6.060	-	-	6.060
Da Ilha Energética S.A. (v)	-	-	54	-	-	54
Boa Fé Energética S.A.	-	61	9	-	61	9
São Paulo Energética S.A. (v)	-	486	-	-	486	-
Criuva Energética S.A.	-	60	6	-	60	6
Serrana Energética S.A.	-	91	-	-	91	-
Serra Verde Energética S.A. (v)	-	97	-	-	97	-
Vêneto Energética S.A. (v)	-	-	26	-	-	26
Autódromo Energia S.A. (v)	-	271	6	-	271	6
Multiner S.A. (iii)	-	714	216	-	714	216
Borborema Energética S.A. (ii)	-	-	33.126	-	-	33.126
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	16.227	101	2.963	16.227	101	2.963
Fornecedores	-	-	2.100	-	-	2.099
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (i)	-	-	2.100	-	-	2.099
Total	36.478	2.726	44.566	36.478	2.726	44.565

	31.03.2022		31.12.2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Serviços compartilhados	-	2.726	-	2.726
Empréstimos	36.272	42.466	36.272	42.466
Saldo final	36.272	45.192	36.272	45.192

- (i) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina.
- (ii) A Companhia possuía saldo de estoque (R\$16.227) que se refere ao óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A., bem como empréstimos de peças (R\$ 206). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida, determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material.
- (iii) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp).

Notas Explicativas

Em 1º de fevereiro de 2022 foi prolatada Sentença no âmbito do Procedimento Arbitral CMA 520 em andamento perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, sendo que no dia 7 de março de 2022 todas as partes do referido procedimento apresentaram os pedidos que constam no art. 30 da Lei de Arbitragem e no item 16.1 do Regulamento da Câmara, a saber: "Pedido de Esclarecimento ao Tribunal Arbitral, em virtude de obscuridade, de omissão ou de contradição da sentença arbitral". Nesse sentido, aguarda-se a sentença final do referido procedimento arbitral ainda no exercício de 2022, a qual não ocorreu até a presente data (Nota Explicativa nº1).

- (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. (CEPASA) refere-se a concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17.
- (v) Com as demais partes relacionadas, a Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros.

Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas.

Estrutura de custos compartilhada

A Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021.

Remuneração da Administração

A Administração da Companhia é exercida pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Ambos abriram mão de receber remuneração direta na Companhia para contribuir com a recuperação operacional e financeira da Companhia, em 31 de março de 2022.

10. Imobilizado

A. Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação	31.03.2022			31.12.2021
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Usinas - Imobilizado em serviço		449.527	(224.684)	224.843	233.313
Edificações, obras civis e benfeitorias	7,10%	35.656	(18.996)	16.660	17.385
Máquinas e equipamentos	7,10%	413.753	(205.625)	208.128	215.870
Móveis e utensílios	16,65%	118	(63)	55	58
Usinas - imobilizado em curso		7.133	-	7.133	7.133
Material em depósito		7.133	-	7.133	7.133
Total do Imobilizado		456.660	(224.684)	231.976	240.446

Usinas - Imobilizado em serviço	31.12.2021	Adições	Transferências / Reclassificações	Depreciação	Baixas	31.03.2022
	Edificações, obras civis e benfeitorias	233.313	102	-	(8.572)	-
Máquinas e equipamentos	17.385	-	-	(725)	-	16.660
Móveis e utensílios	215.870	102	-	(7.844)	-	208.128
Usinas - imobilizado em curso	58	-	-	(3)	-	55
Material em depósito	7.133	-	-	-	-	7.133
Total do Imobilizado	240.446	102	-	(8.572)	-	231.976

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*).

Notas Explicativas

As premissas gerais adotadas foram:

- **Data-base da avaliação:** 31 de dezembro de 2021;
- **Metodologia:** método da renda – fluxo de caixa livre para o acionista descontado;
- **Período de projeção:** de 1º janeiro de 2020 até o final do período do *Power Purchase Agreement* (PPA) – 31/12/2027;
- **Moeda de projeção:** os fluxos de caixa foram projetados em reais (R\$) em termos nominais (considerando a inflação);
- **Taxa de desconto:** calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 10,36% para a Companhia; e
- **Ajustes:** ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa.

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data-base destas informações contábeis intermediárias em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

11. Direito de uso e passivo de arrendamento

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente à locação de terrenos onde está localizada a usina.

As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no trimestre findo em 31 de março de 2022 são:

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	3.709	4.463
Atualização	2.046	-
Amortização	(935)	(754)
Saldo final do período	4.820	3.709

Segue a movimentação do passivo de arrendamento:

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	4.497	5.172
Variação Monetária	2.171	711
Pagamento	(369)	(1.386)
Saldo final	6.299	4.497
Circulante	1.326	915
Não Circulante	4.973	3.582

Notas Explicativas

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se à taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31/10/2026.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de março de 2022 são conforme segue:

Fluxo de Pagamento					
31 de março de 2022	Fluxo Contratado	Até 12 meses	Até 24 meses	Até 36 meses	Acima 36 meses
Passivo de arrendamento	6.299	1.326	1.373	1.350	2.250

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 13,19% a.a. para 2022 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

	Direito de uso	
	31.03.2022	31.12.2021
Fluxo real		
Direito de uso	3.709	4.463
Depreciação	(935)	(754)
Atualização	2.046	-

Fluxo inflacionado		
Direito de uso	3.823	4.027
Depreciação	(205)	(819)

	Passivo de arrendamento	
	31.03.2022	31.12.2021
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	6.299	4.497
Despesa financeira	(2.171)	(711)

Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	4.817	4.993
Despesa financeira	(180)	(727)

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	2.100	2.100
Encargo de uso do sistema de transmissão - EUST	1.431	1.422
Materiais e serviços (i)	<u>53.569</u>	<u>122.435</u>
Total	<u>57.100</u>	<u>125.957</u>
Circulante	17.535	84.326
Não Circulante	39.565	41.631

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores abaixo:

- Em 14 de setembro de 2017, havia o montante em aberto de R\$14.600 com os fornecedores Wartsila Finland OY, Wartsila Services Switzerland Ltda. e Wartsila Brasil Ltda., decorrente do fornecimento de materiais e serviços para a operacionalização da usina. A Companhia firmou acordo para pagamento em 108 prestações mensais e consecutivas do saldo em aberto, que será corrigido pela variação positiva do IPCA. O pagamento das parcelas iniciou em janeiro de 2019 e com previsão de término em dezembro de 2027. Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto é de R\$ 11.276 (R\$ 11.766 em 31 de dezembro de 2021);
- Em 1º de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R\$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto é de R\$ 35.189 (R\$ 36.720 em 31 de dezembro de 2021); e
- Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R\$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R\$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de março de 2022, o saldo em aberto é de R\$ 5.787 (R\$ 6.635 em 31 de dezembro de 2021).
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP North America Petroleum para fornecimento de óleo combustível para fazer frente a entrega do despacho de energia. Em 31 de março de 2022 o saldo foi quitado (31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto era de R\$ 65.591), o que justifica a variação no saldo, quando comparado a 2021.

Notas Explicativas

13. Obrigações tributárias

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.253	1.278
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	378	469
PIS e COFINS s/faturamento	2.011	1.386
Parcelamento Ordinário (PIS e COFINS) (i)	6.023	6.257
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	132	194
Outros tributos	878	1.135
Total	<u>10.675</u>	<u>10.719</u>
Circulante	6.087	5.944
Não circulante PIS e COFINS	4.588	4.775

- (i) Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de setembro a dezembro de 2020 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para fevereiro de 2026. O saldo em 31 de março de 2022 é de R\$ 2.861, corrigido pela Selic.

Em 28 de maio de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de janeiro a março de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para maio de 2026. O saldo em 31 de março de 2022 é de R\$ 2.261, corrigido pela Selic.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia realizou o parcelamento de PIS e Cofins do período de abril de 2021 em aberto em 60 parcelas mensais e consecutivas e possui término previsto para junho de 2026. O saldo em 31 de março de 2022 é de R\$ 901, corrigido pela Selic.

14. Debêntures

O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Debêntures	9,11% a.a. + IPCA	606.615	585.165
Custo de transação		<u>(6.437)</u>	<u>(6.740)</u>
	Total de debêntures circulante	<u>600.178</u>	<u>578.425</u>

O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado.

A operação está garantida por: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; (ii) alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A; e (iii) alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia.

Vencimento antecipado

Em assembleia realizada no dia 31 de agosto de 2017, os debenturistas, representando 56,94% das debêntures em circulação, por unanimidade dos presentes, deliberaram pela não renovação de “waiver” referente à amortização das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional em quatro séries da Termelétrica Pernambuco III sobre o vencimento antecipado automático das debêntures nessa data. Com a notificação de vencimento antecipado, o agente fiduciário passou a bloquear os recebíveis e excutirá a garantia da totalidade da receita fixa no repagamento das debêntures. Com o vencimento antecipado, houve o bloqueio de todos ativos financeiros da Companhia.

No dia 04 de setembro de 2017, foi efetuado o pagamento proporcional no valor total de R\$ 41.092 das debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Devido à falta de recursos disponíveis pela Companhia, o pagamento do saldo remanescente de R\$ 314.530 não pode ser efetuado. Devido ao não pagamento do saldo remanescente, está sendo aplicado o disposto na cláusula 6.20 da escritura de emissão referente aos encargos moratórios (multa de 2% e juros de 1% ao mês), bem como retroação das parcelas vencidas à data de vencimento original.

Em 14 de setembro de 2017, via liminar assinada, houve o deferimento parcial do pedido de tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores recebidos em 15 de setembro e 30 de setembro de 2017.

Em 03, 04 e 10 de outubro e 24 de novembro de 2017, 08, 11 e 24 de janeiro, 1º de fevereiro, 02 e 22 de março, 03 de maio, 07 de junho, 04 e 19 de julho, 09 de agosto e 04 de setembro de 2018 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e conseqüente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas ocorrida em 09 de agosto de 2018, os debenturistas representando 53,72% (cinquenta e três inteiros e setenta e dois centésimos por cento) das debêntures em circulação, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do acordo negociado entre a Companhia e os assessores jurídicos e financeiros dos Debenturistas, visando resguardar os interesses dos Debenturistas e a suspensão temporária no Processo São Paulo, nos termos da minuta de petição conjunta anexa à ata, que foi protocolada nos autos do Processo São Paulo, a qual foi inteiramente aprovada pelos Debenturistas nesta assembleia. Nos termos do acordo, os valores apurados e depositados mensalmente na Conta Centralizadora (Nota Explicativa nº 7), serão divididos da seguinte forma:

- (a)** 66,17% (sessenta e seis inteiros e dezessete centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a Companhia;
- (b)** 31,33% (trinta e um inteiros e trinta e três centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; e
- (c)** 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora serão retidos e/ou depositados judicialmente nos autos do Processo nº 0248598- 71.2015.8.19.0001, em trâmite na 52ª Vara Cível do Rio de Janeiro (“Processo do Rio de Janeiro”), enquanto vigorar a decisão judicial proferida naquele Juízo.

Em relação ao item **(ii)** da ordem do dia da mesma assembleia: os debenturistas aprovaram as medidas necessárias e métodos a serem utilizadas para subsidiar eventuais despesas da Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos gastos com medidas judiciais e extrajudiciais: deliberaram por autorizar o Agente Fiduciário a realizar consulta aos órgãos reguladores e auto reguladores incluindo, mas não se limitando, à CVM e à Anbima sobre pedido de esclarecimento a respeito da impossibilidade de processamento de pagamento no sistema da B3. Em relação ao item **(iii)** da ordem do dia: deliberaram pela suspensão, devendo a Assembleia ser reaberta em 04 de setembro de 2018, às 10:30h horas, no mesmo local. Em relação ao item **(iv)** da ordem do dia: autorizam a prática, pelo Agente Fiduciário, de eventuais medidas necessárias relacionadas às deliberações dos itens **(i)** e **(ii)** acima.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece a validade e eficácia das Debêntures e de suas garantias fiduciárias, especialmente, mas não se limitando, em relação a registro e quaisquer outras formalidades necessárias à higidez dos títulos.

Fica consignado pelos Debenturistas que, eventuais debenturistas, titulares de debêntures em circulação, que não estiveram presentes até a suspensão dos trabalhos desta Assembleia serão admitidos na retomada dos trabalhos e terão assegurados seus direitos de participação e deliberação das matérias da Ordem do Dia até o encerramento da Assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação à presente consignação. Qualquer orientação em sentido contrário ora acima disposto somente será válida, vinculante e exigível do Agente Fiduciário se deliberada, em sede de Assembleia, com o mesmo quórum exigido para tanto.

Os Debenturistas declararam que na presente data são detentores das Debêntures e que se enquadram no conceito de “Debêntures em Circulação” contido na cláusula 9.6 da Escritura de Emissão.

Por fim, os Debenturistas reafirmam que a presente manifestação não representa renúncia ou novação às garantias constituídas em seu favor e, não afeta, em qualquer medida ou extensão, o direito de crédito consubstanciado nas debêntures emitidas pela Emissora, de qualquer forma.

Em 11 e 23 de janeiro de 2019 houve a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar, entre outros, sobre: **(i)** sustar os efeitos do vencimento automático, notificado em 1º de setembro de 2017, em razão do risco noticiado pela Companhia de imediata suspensão de suas atividades com a paralisação da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescente aos debenturistas; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à amortização, juros e encargos moratórios pela Companhia; **(iii)** autorizar a liberação dos recursos das contas reservas e provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; **(iv)** alterar as datas e percentuais de amortização das debêntures.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nos dias 05 de fevereiro, 02 e 08 de março, 1º de abril, 08 de junho, 06 de julho, 17 de agosto de 2021 todas às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralisação da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** Suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10 horas **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** Suspender o item e tratar na próxima AGD.

Notas Explicativas

Foi realizada Assembleias Gerais de Debenturistas no dia 08 de fevereiro de 2022 às 09 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 09 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo nº 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP ; Deliberação **(i)** aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 10 de abril de 2021, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 horas e 30 minutos; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Pagamento de juros remuneratórios aos debenturistas

Em 08 de janeiro, 08 de fevereiro, 08 de março de 2022 a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018 e fato relevante divulgado na mesma data. Os detalhamentos dos pagamentos são previamente informados aos detentores das Debêntures por meio de Aviso aos Debenturistas, 1 (um) dia antes do evento, no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

Renovação de Acordo Temporário

Em 08 de fevereiro de 2022, conforme deliberação em AGD, foi firmada prorrogação do Acordo Temporário até 20 de abril de 2022, nos mesmos termos já firmados, conforme descrito no Fato Relevante de 09 de agosto de 2018 e AGD realizada na mesma data.

Movimentação de debêntures

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldo inicial	578.425	514.762
Pagamento de juros com conta reserva	(13.160)	(66.316)
Apropriação Juros	13.233	64.931
Atualização de debêntures	10.287	36.613
Multa sobre atraso no pagamento	11.090	27.311
Amortização de custo de transação	303	1.125
Saldo final	<u>600.178</u>	<u>578.425</u>

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	31.03.2022	31.12.2021
		Saldo Devedor Circulante	Saldo Devedor Circulante
Across	69.521	117.149	112.879
Daycoval	30.000	31.696	30.577
		148.845	143.456

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

Financiadores / Credores	Valor Contratado	Modalidade	Taxas	Data Contratação	Início	Término	31.03.2022			31.12.2021		
							Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer	Qtde Parcelas	Parcelas Pagas	Parcelas a vencer
Across	69.521	Capital Giro	5,75% a.a + CDI	28/10/16	28/10/16	21/03/18	1	-	1	1	-	1
Daycoval	30.000	Capital Giro	0,40% a.m. + CDI	08/11/21	08/11/21	07/04/22	1	-	1	-	-	-

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios nº 854800360950.

Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A ("Cedente") e Across Recuperação de Crédito Ltda ("Cessionária") referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito nº 687614(101116100005600).

Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31.03.2022	31.12.2021
Saldo inicial	143.456	108.228
Captação de empréstimos	-	29.634
Atualização de empréstimos	5.389	11.563
(-) Pagamentos de juros	-	(5.969)
Saldo final	148.845	143.456

Garantias e cláusulas restritivas

Across

Como garantia da operação com o Across, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **(a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelo Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., e **(b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

Notas Explicativas

16. Pesquisa e desenvolvimento

	<u>FNDCT</u>	<u>MME</u>	<u>P&D</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31.12.2021	12.213	6.112	11.237	29.562
Provisão	164	82	165	411
Juros	347	173	-	520
Multa	6	3	-	9
AtualizaçãoSelic	-	-	191	191
Pagamentos	(607)	(303)	-	(910)
Saldo em 31.03.2022	12.123	6.067	11.593	29.783

Refere-se ao encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e nº 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

17. Provisão para passivos contingentes

Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **a)** Perda provável – são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. **b)** Perda possível – são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%.

a) Causas prováveis

Não circulante	<u>31.03.2022</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2021</u>
Cível (i)	2.200	2.200	-	-
Total	2.200	2.200	-	-

- (i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas réis, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Processo em fase de produção de prova pericial. A classificação de risco é provável no valor total de R\$ 2.200 (R\$ 14.631 em 31 de dezembro de 2021 classificado como risco possível).

Notas Explicativas

b) Causas possíveis

A Companhia também tem ações de naturezas cível e tributária, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando abaixo:

	<u>31.03.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Cível (i)	1.908	16.487
Trabalhista	81	81
Regulatório (ii)	303.679	294.300
Tributário	466	464
Total	<u>306.134</u>	<u>311.332</u>

- (i) Ação de execução de título executivo extrajudicial (0248598-71.2015.8.19.0001) em face da Companhia e outras pessoas jurídicas réis, diante de suposta taxa de sucesso contratual que a exequente faria jus proporcional, pela redução de custos com a compra de combustível para as usinas termelétricas. Houve indicação de bens para garantia do Juízo, os quais ainda não foram avaliados, razão pela qual foi determinado o depósito judicial mensal de 2,5% do faturamento de PIII o que foi realizado até abril de 2018, com alvará de levantamento expedido em setembro de 2018. Processo em fase de produção de prova pericial. A classificação de risco era possível no valor total de R\$ 14.631 em 31 de dezembro de 2021, a classificação de risco foi alterada para provável em 31 de março de 2022 n o montante de R\$ 2.200.
- (ii) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à Companhia: (i) o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital; e (ii) a suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial. A liminar concedida impede a aplicação de penalidade até o dia 08 de julho de 2020, com recurso da PIII pendente de julgamento. A classificação de risco na Companhia, em 31 de março de 2022, é possível no valor de R\$ 303.679 (R\$ 294.300 em 31 de dezembro de 2021).

18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas.

A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. ("Mesa"). O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta.

Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, bem como o oferecimento da totalidade das ações da Companhia em alienação fiduciária aos debenturistas foi devidamente anuído pelos tais terceiros, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

Notas Explicativas

	31.03.2022		31.12.2021	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.03.2022	31.12.2021
Prejuízo do período	(32.398)	(25.126)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	(1,24)	(0,96)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não registrados

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias.

Em 31 de março de 2022, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos.

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 591.670 referente ao prejuízo fiscal e R\$ 591.670 referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação.

Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

	31.03.2022	31.12.2021
Resultado antes dos tributos sobre o resultado	(32.398)	(25.126)
Alíquota nominal de 34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(11.015)	(8.543)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Imposto diferido do exercício não constituído	11.015	8.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

Notas Explicativas

20. Receita operacional líquida

	Período de três meses findo em 31 de março	
	31.03.2022	31.03.2021
Receita bruta de vendas		
Fixa	39.819	37.397
Variável (i)	(385)	6.338
	39.434	43.735
Deduções da receita bruta		
Pis e cofins sobre faturamento - 9,25%	(3.648)	(4.048)
Pesquisa e desenvolvimento	(412)	(471)
Encargos setoriais	(155)	(148)
	(4.215)	(4.667)
Receita operacional líquida	35.219	39.068

- (i) A variação apresentada na receita variável em 31 de março de 2022 refere-se a reversão de provisão de exercício anterior.

21. Custos operacionais

	Período de três meses findo em 31 de março	
	31.03.2022	31.03.2021
Compra Energia MCP (i)	(25)	16
Encargo de uso do sistema de transmissão (ii)	(3.763)	(3.339)
Pessoal	(1.574)	(1.507)
Combustíveis e lubrificantes (iii)	-	(6.576)
Materiais	(485)	(597)
Serviços de terceiros	(495)	(570)
Armazenagem (iv)	(4.978)	(4.047)
Frete	(690)	(92)
Manutenção e conservação - <i>Overhaul</i>	(386)	(320)
Depreciação e amortização	(9.507)	(8.759)
Serviços de vigilância e limpeza	(198)	(179)
Seguros	(547)	(222)
Outros	(97)	(93)
Total de custos	(22.745)	(26.285)

- (i) A compra de energia MCP refere-se comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE;
- (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição;
- (iii) Os gastos com combustíveis e lubrificantes referem-se à compra de insumos para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia;
- (iv) Os gastos com armazenagem estão relacionados à estocagem de óleo por terceiros. Quando há processo de transporte desse óleo estocado por terceiros, o custo fixo com armazenagem é classificado como custo dos estoques no ativo e é baixado via consumo de óleo na conta de combustíveis, e quando o custo fixo de armazenagem está relacionado ao óleo que não está sendo utilizado na operação, esse custo é alocado como armazenagem.

Notas Explicativas**22. Outras receitas (despesas) operacionais****a) Gerais e administrativas**

	Período de três meses findo em 31 de março	
	31.03.2022	31.03.2021
Impostos e taxas	(45)	(12)
Despesas com pessoal	(197)	(316)
Serviços de terceiros (i)	(2.092)	(1.053)
Outros	(45)	(45)
Total de despesas	(2.379)	(1.426)

(i) O aumento apresentado na rubrica refere-se à necessidade de contratação de serviços de consultoria e assessorias jurídicas.

b) Outras receitas (despesas), líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março	
	31.03.2022	31.03.2021
Outras receitas	3	17
Provisão para contingências (i)	(2.200)	-
Total de outras receitas (despesas), líquidas	(2.197)	17

(i) O aumento apresentado na rubrica refere-se a provisão do processo cível sob o nº0248598-71.2015.8.19.0001. (vide nota explicativa nº17).

23. Resultado financeiro, líquido

	Período de três meses findo em 31 de março	
	31.03.2022	31.03.2022
Receita sobre aplicação financeira	338	21
Varição cambial ativa (i)	1.224	3
Varição monetária ativa (ii)	2.074	-
Total de receitas financeiras	3.636	24
Juros e multas das debêntures (iii)	(24.323)	(22.011)
Varição monetária debêntures (iii)	(10.287)	(8.485)
Amortização do custo das debêntures (iii)	(303)	(262)
Juros de financiamentos (iv)	(5.388)	(1.991)
Juros fornecedores	(20)	(186)
Juros passivos	(1.016)	(1.201)
Variações monetárias passivas (v)	(2.399)	(975)
Multas (vi)	(12)	(1.316)
IOF	(184)	(97)
Total de despesas financeiras	(43.932)	(36.524)
Resultado financeiro líquido	(40.296)	(36.500)

Notas Explicativas

- (i) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira;
- (ii) A variação apresentada refere-se à atualização dos arrendamentos dos terrenos da Usina;
- (iii) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização e amortização das debêntures de 9,11% a.a. + IPCA;
- (iv) Os valores apresentados referem-se à atualização de empréstimos da Across e Daycoval capitalizado em novembro 2021;
- (v) A variação refere-se à atualização de arrendamento dos terrenos da Usina;
- (vi) Os valores referem-se a multa sobre os parcelamentos dos tributos de PIS e COFINS realizados no exercício de 2021.

24. Seguros

Em 31 de março de 2022, a cobertura de seguros era a seguinte:

Descrição	Limite de indenização	Vigência	Seguradora
Responsabilidade Civil dos Administradores	157.848	06.08.2022	Chubb Seguros Brasil S.A.
Risco Operacional	137.589	17.01.2023	AXA Seguros S.A.
Responsabilidade Civil Geral	10.000	26.04.2022	AXA Seguros S.A.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Mensuração	Nível	31.03.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	15.790	15.790	18.549	18.549
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	19.175	19.175	64.685	64.685
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	27.627	27.627	19.953	19.953
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.272	36.272	36.272	36.272
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	57.100	57.100	125.957	125.957
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	45.192	45.192	45.192	45.192
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	148.845	139.213	143.456	162.506
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	600.178	710.325	578.425	688.583

- (*) Em 31 de março de 2022, o saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R\$ 6.437 (R\$ 6.740 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber: as contas a receber decorrem basicamente do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias.

Depósitos vinculados – conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro.

Debêntures: estão mensuradas com base na notificação de vencimento antecipado automático para as Debêntures realizada em 1º de setembro de 2017.

Administração financeira de risco

A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

Notas Explicativas

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações contábeis, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	57.100	57.100	17.535	13.188	13.188	13.189
Empréstimos e Financiamentos	148.845	148.845	148.845	-	-	-
Debêntures	600.178	600.178	600.178	-	-	-
Financiamento por arrendamento mercantil	6.299	6.299	1.326	2.652	2.321	-

b) Risco de crédito

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável).

c) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de março de 2022

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, IPCA e TJLP em 31 de março de 2022. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

31.03.2022					
Indexador	Taxa do período				
IPCA	9,11%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	493.153	602.650	710.325	821.644	931.141
Impacto da variação	(217.172)	(107.675)	-	111.319	220.816
Indexador	Taxa do período				
CDI	5,75%				
	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
CCB					
Exposição líquida CDI	132.061	136.099	139.213	144.173	148.209
Impacto da variação	(7.152)	(3.114)	-	4.960	8.996

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo.

Notas Explicativas

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a BP North America Petroleum decorrente de Demurrage (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

26. Eventos subsequentes

Pagamento de empréstimos e financiamentos

Em 07 de abril de 2022, a Companhia liquidou a captação da CCB com Banco Daycoval (vide Nota Explicativa nº15) no montante de R\$ 31.794.

Pagamento de juros remuneratórios

Em 08 de abril e 09 de maio de 2022, a Companhia efetuou os pagamentos referentes aos encargos remuneratórios e moratórios, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de agosto de 2018, e fato relevante divulgado na mesma data.

Assembleia Geral de Debenturistas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 13 de abril de 2022 às 09 horas e 30 minutos para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** sustar os efeitos do Vencimento Automático, notificado pelo Agente Fiduciário em 01/09/17, em razão do risco noticiado pela Cia de imediata suspensão de suas atividades com a paralização da planta, gerando possível dano irreparável ao ativo e consequente inviabilização de pagamento de saldos remanescentes aos Debenturistas; Deliberação **(i)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(ii)** liberar e/ou prorrogar a liberação do pagamento de parcelas vencidas correspondentes à Amortização, Juros e Encargos Moratórios pela Cia; Deliberação **(ii)** suspender o item e tratar na próxima AGD **(iii)** autorizar a Liberação dos Recursos das Contas Reservas e Provisionamento para preservação e continuidade operacional do ativo; Deliberação **(iii)** a deliberação deste item foi tratada em Assembleia Geral de Debenturistas de 19 de fevereiro de 2020, 12 de maio de 2020 e 29 de junho de 2020; **(iv)** caso não aprovado o item **(i)** acima, autorizar o Agente Fiduciário, conforme a seguir definido, a retirar as Debêntures da B3, na qual se encontram registradas, em razão de disposições do regulamento da própria B3/CETIP, que exige que emissões vencidas antecipadamente, mesmo estando ainda vigentes, devam ser retiradas de seu ambiente, e, em ato contínuo, aprovar a contratação e/ou manutenção dos serviços de escrituração e banco mandatário, para que seja mantido o regular pagamentos dos debenturistas e acompanhamento de titularidade das Debêntures; Deliberação **(iv)** a deliberação deste item foi tratada na Assembleia Geral de Debenturistas de 09 de agosto de 2018, às 10h **(v)** autorizar a adoção das medidas necessárias para a viabilização das deliberações tomadas em Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)**, **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** da Ordem do Dia; Deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Notas Explicativas

Foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas no dia 13 de abril 2022 às 10 horas e 30 minutos, para deliberar os seguintes assuntos: **(i)** aprovar ou ratificar, conforme o caso, aditivo prevendo a renovação do acordo aprovado pelos Debenturistas na AGD, realizada em 9 de agosto de 2018 às 11 horas, e celebrado nos autos do processo no 1091118-41.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 24ª Vara Cível de São Paulo/SP; Deliberação **(i)** - Aprovaram a prorrogação do Acordo temporário vigente até o dia 21 de junho de 2022, conforme termos do acordo realizado na AGD de 09 de agosto de 2018; **(ii)** Aprovar ou ratificar, conforme o caso, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD, exclusivamente com relação a responsabilidade por esta despesa, o termo de retificação e ratificação ("Termo de Rerrat") do contrato assinado em 05/02/18 entre Pentágono S.A DTVM; Deliberação **(ii)** Tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(iii)** autorizar a renovação, do contrato do escritório de advocacia Pinheiro Guimarães Advogados mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iii)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas 30 minutos; **(iv)** autorizar a renovação, do contrato com o Assessor Financeiro mediante o emprego de parte ou totalidade, conforme a necessidade, do saldo remanescente na Conta Centralizadora não disponibilizado à Emissora, nos termos da proposta de honorários a ser analisada pelos Debenturistas, desde que com expressa anuência da Emissora a ser dada na própria AGD após a aprovação dos Debenturistas; Deliberação **(iv)** tratado na AGD 23/01/2019 às 10 horas e 30 minutos; **(v)** reavaliar os valores retidos na Conta Centralizadora a título de Fundo de Reserva conforme deliberado na AGD realizada em 04/09/18, às 10 hora e:30 minutos; deliberação **(v)** suspender o item e tratar na próxima AGD; **(vi)** autorizar o Agente Fiduciário a adotar eventuais medidas necessárias incluindo, mas não se limitando, à formalização de aditivos aos documentos da Emissão, e aos demais desdobramentos das discussões que ocorrerem nesta assembleia, relacionados aos itens **(i)** ao **(v)** da Ordem do Dia; deliberação **(vi)** suspender o item e tratar na próxima AGD.

Em 15 de junho de 2022 serão reabertas as assembleias para que os debenturistas possam rever as condições de renovação dos termos do acordo vigente.

A íntegra das atas das Assembleias Gerais de Debenturistas encontra-se disponíveis no sítio da Companhia <http://www.utepeiii.com.br/>.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Termelétrica Pernambuco III S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa no 1 que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado em 31 de março de 2022 um montante total de prejuízos de R\$ 686.520 mil e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 515.493 mil, e naquela data, o seu passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 692.285 mil. A referida Nota Explicativa, divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso das ações que estão sendo tomadas pela administração, principalmente os processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, juntamente com fato de a Companhia não ter cumprido com determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura de debêntures, conforme descrito na Nota Explicativa no 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de investigação independente

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, existem determinadas partes relacionadas da Companhia, e determinados fundos de pensão que são investidores na Companhia que foram incluídos ou citados em uma investigação conduzida pelas autoridades públicas federais (Ministério Público Federal e Polícia Federal) na operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma Nota Explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa independente especializada, porém, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em andamento. Desta forma, não é possível prever e nem antecipar os desdobramentos futuros dessa investigação, nem seus potenciais efeitos, se houverem, sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, em 31 de março de 2022. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Processo de arbitragem

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1, em 19 de dezembro de 2017, a Bolognesi Energia e a Brasilterm Energia, controladoras indiretas da Companhia, apresentaram requerimento de Arbitragem perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP em São Paulo, contra o FIP Multiner, Postalís, Petros, Refer, Infraprev, Fundiágua, Faceb e Multiner, cujo objeto de discussão é o Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. firmado em 2012, aditado em 2014, e obrigações dele decorrentes. Em 2022, o procedimento arbitral encontra-se em fase final, aguardando julgamento.

O valor do risco envolvido e classificado como possível pela administração baseada na avaliação de seus assessores legais está estimado em R\$ 402.000 mil, em 31 de dezembro de 2021. O procedimento arbitral ainda continua em tramitação e não há decisão até o momento.

As informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2022, não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com parte relacionada

Conforme Nota Explicativa no 9, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo e a utilização compartilhada de estrutura e de profissionais relacionadas à área administrativa. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) referentes ao período de três

meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2022

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com todas as informações contidas nas Informações Contábeis Intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de maio de 2022

Igarassu, 13 de maio de 2022.

Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus
Diretor Presidente

Emiliano Furlan Stipanivic Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes, emitido sobre as Informações Contábeis Intermediárias da Termelétrica Pernambuco III S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2022, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 13 de maio de 2022.

Igarassu, 13 de maio de 2022.

Diretor Presidente
Aguinaldo Alvares Gimenes de Jesus

Diretor de Relações com Investidores
Emiliano Furlan Stipanovic Spyer